

OS DESAFIOS DA GESTÃO 1998-2001 E OS NOVOS DESAFIOS DA GRADUAÇÃO

Ada Pellegrini Grinover
Pró-Reitora de Graduação

Sumário: 1 – Os desafios iniciais: a necessidade de ampliar a oferta de vagas e a exigência de diminuir a taxa de evasão; 2 – a. A criação de novos cursos e o aumento do número de vagas nos cursos existentes. b. O preenchimento de vagas ociosas por transferência. c. O plano de Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior; 3 – A diminuição da taxa de evasão: a. Valorização do ensino de graduação; b. Avaliação das disciplinas e docentes de graduação; c. Modernização dos currículos; d. Suporte informatizado às disciplinas; e. Tutoriais aos alunos; f. Incentivo à pesquisa precoce; 4 - Outros desafios; 5 - Os novos desafios da graduação.

1. Ao assumir a Pró-Reitoria de Graduação, em 1998, deparei-me inicialmente com dois grandes desafios, que permearam a atuação do órgão durante a gestão:

- a. A necessidade de ampliar a oferta de vagas;
- b. A exigência de diminuir os números assustadores da evasão.

2. Com efeito, quanto ao primeiro ponto, o Ministério Público paulista havia ajuizado contra a USP uma Ação Civil Pública, em face da circunstância de a instituição não oferecer no mínimo um terço de vagas nos cursos noturnos, conforme prescrito na Constituição do Estado. Mas, embora a ênfase tivesse que ser dada aos cursos noturnos, não se poderia descurar de novos cursos e novas vagas no período diurno, em relação aos quais a USP estava praticamente imobilizada.

A questão foi debatida no Seminário “Pró-vagas”, organizado pela Pró-Reitoria no ano de 1998, no qual se envolveram diversas unidades e muitos docentes dos cursos de graduação, num verdadeiro trabalho de garimpagem para verificar onde e como criar novos cursos, de caráter inovador, e novas vagas, com ênfase ao período noturno. Os efeitos não demoraram a aparecer. Como resultado do empenho de diversas unidades, estimuladas e apoiadas pela Pró-Reitoria, conseguiu-se atingir paulatinamente – de acordo com o planejamento acordado com

o Ministério Público – mais do que 33.33% de vagas nos cursos noturnos, além de aumentar consideravelmente as dos diurnos.

Os quadros abaixo representam esse aumento:

CURSOS NOVOS

1999	UNIDADE	PERÍODO	VAGAS
Bacharelado em Informática	ICMC	Noturno	40
Bacharelado em Matemática Aplicada e Computação Científica	ICMC	Diurno	10
Relações Públicas	ECA	Noturno	25
<i>TOTAL</i>			75

2000	UNIDADE	PERÍODO	VAGAS
Bacharelado em Física Médica	FFCLRP	Noturno	40
<i>TOTAL</i>			40

2001	UNIDADE	PERÍODO	VAGAS
Engenharia de Alimentos	FZEA	Noturno	40
Ciência dos Alimentos	ESALQ	Noturno	40
Nutrição	FSP	Noturno	40
<i>TOTAL</i>			120

2002	UNIDADE	PERÍODO	VAGAS
Engenharia Aeronáutica	EESC	Diurno	40
Fisioterapia	FMRP	Noturno	40
Terapia Ocupacional	FMRP	Noturno	20
Pedagogia	FFCLRP	Noturno	50
Farmácia e Bioquímica	FCFRP	Noturno	30
Música	ECA/Rib.Preto	Vespertino Noturno	15 15
Oceanografia	IO	Diurno	40
Matemática Aplicada e Computacional	IME	Noturno	50
Relações Internacionais	Interunidades	Vespertino Noturno	30 30
Agrobiologia	ESALQ	Noturno	30
Gestão Ambiental	ESALQ	Noturno	40
Curso de Música – Habilitação Canto e Arte Lírica	ECA	Diurno	5
<i>TOTAL</i>			435

AUMENTO DE VAGAS EM CURSOS JÁ EXISTENTES

1998	UNIDADE	PERÍODO	AUMENTO DE VAGAS
Turismo	ECA	Noturno	5 – de 20 para 25
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	ECA	Noturno	5 – de 20 para 25
Comunicação Social – Jornalismo	ECA	Noturno	5 – de 20 para 25
<i>TOTAL</i>			15

1999	UNIDADE	PERÍODO	AUMENTO DE VAGAS
Licenciatura em Física	IF	Noturno	10 – de 50 para 60
Licenciatura em Ciências Exatas	IFSC/ICMC/IQSC	Noturno	10 – de 40 para 50
Direito	FD	Noturno	10 – de 225 para 235
Ciências Contábeis	FEA	Noturno	20 – de 70 para 90
Ciências Sociais	FFLCH	Noturno	10 – de 100 para 110
Filosofia	FFLCH	Noturno	10 – de 80 para 90
História	FFLCH	Noturno	10 – de 130 para 140
Letras	FFLCH	Noturno	41 – de 386 para 427
<i>TOTAL</i>			121

2000	UNIDADE	PERÍODO	AUMENTO DE VAGAS
Biblioteconomia	ECA	Noturno	5 – de 15 para 20
Turismo	ECA	Noturno	5 – de 25 para 30
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	ECA	Noturno	5 – de 25 para 30
Comunicação Social – Relações Públicas	ECA	Noturno	5 – de 25 para 30
Administração	FEA	Noturno	10 – de 100 para 110
Ciências Contábeis	FEA	Noturno	10 – de 90 para 100
Administração	FEA	Noturno	4 – de 40 para 44
<i>TOTAL</i>			44

2001	UNIDADE	PERÍODO	AUMENTO DE VAGAS
Pedagogia	FE	Noturno	60 – de 60 para 120
Farmácia-Bioquímica	FCF	Noturno	9 – de 60 para 69
<i>TOTAL</i>			69

2002	UNIDADE	PERÍODO	AUMENTO DE VAGAS
Estatística	IME	Diurno	2 – de 28 para 30
Matemática	IME	Diurno	2 – de 28 para 30

Matemática Aplicada e Computacional	IME	Diurno	2 – de 28 para 30
Farmácia-Bioquímica	FCF	Noturno	6 – de 69 para 75
Jornalismo	ECA	Matutino Noturno	5 – de 25 para 30 5 – de 25 para 30
TOTAL			22

TOTAL: 271

AUMENTO DE VAGAS 1998/2002

VAGAS	1998	1999	2000	2001	2002	% AUMENTO
Diurnas	4.989 (72,10%)	4.909 (69,38%)	4.914 (68%)	4.904 (66,70%)	5.045 (64,59%)	1,1%
Noturnas	1.931 (27,90%)	2.167 (30,62%)	2.317 (32%)	2.450 (33,30%)	2.766 (35,41%)	43,2%
TOTAL	6.920	7.076	7.231	7.354	7.811	12,8%

COMPARATIVO DO AUMENTO DE VAGAS

VAGAS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
TOTAL	6.778	6.607	6.897	6.867	6.902	6.902	6.872	6.902
AUMENTO DE VAGAS 1990 a 1997 – 124 (1,8%)								

VAGAS	1998	1999	2000	2001	2002
TOTAL	6.920	7.076	7.231	7.354	7.811
AUMENTO DE VAGAS 1998 a 2002 – 891 (12,8%)					

Paralelamente, A Pró-Reitoria promoveu um segundo seminário “Pró-Vagas”, buscando apoio da comunidade acadêmica para a criação dos Ciclos Básicos e os Cursos Seqüenciais, mediante a apresentação de propostas concretas formuladas por diversos docentes, encontrando, porém, muitas resistências, sobretudo nos alunos da USP e em alguns docentes, de modo que a criação de Ciclos Básicos em diversas áreas (como a das Ciências da Terra e das Ciências Biológicas), assim como a dos Cursos Seqüenciais, não foi aprovada pelo CO.

Também se tentou criar um curso de Ciências Humanas, concretizado em um projeto elaborado pelo Prof. Renato Janine Ribeiro, que resultou numa publicação em formato de livro. A proposta de criação do curso deveria ser submetida ao CO, no final de 2001, mas saiu de pauta e, nas gestões seguintes, a ela não voltou.

De se destacar, ainda, a ocupação de vagas ociosas por alunos de graduação provenientes de outras instituições de ensino ou de outras unidades da

USP, por transferência. Antes de nossa gestão, as unidades eram indagadas pela Pró-Reitoria a respeito das eventuais vagas ociosas existentes, sendo sua resposta sempre negativa ou pífia. Em 1999, resolvemos realizar na própria Pró-Reitoria o levantamento das vagas ociosas, decorrentes de abandono do curso ou de transferências, fixando-se, assim, seu número real. Feito isso, criamos, por intermédio da FUVEST, um “vestibular de meio de ano”, para a seleção dos alunos que ingressariam por transferência nos diversos cursos da USP, obtendo os seguintes resultados parciais (ano de 2000):

TRANSFERÊNCIAS PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS OCIOSAS

	2000	2001
VAGAS	1.265	1.806
INSCRITOS	6.107	7.521
VAGAS PREENCHIDAS	311	Processo em andamento

Finalmente, cabe ressaltar que as três Pró-Reitorias de Graduação das Universidades estaduais paulistas apresentaram ao CRUESP¹ proposta de política pública voltada à Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior do Estado, debatida em audiência pública na Assembléia Legislativa, aprovada pelo CRUESP e encaminhada ao Governador do Estado que, com base nela, destinou verba extra às três universidades. O plano possibilitou, na USP, a criação da USP da zona Leste, na gestão seguinte. Mas o projeto era muito mais ambicioso, embora perfeitamente exeqüível.

O plano levaria ao seguinte aumento de vagas: em cerca de três anos, caso a proposta fosse implementada em todas as suas vertentes (o que, no entanto, não era exigido pelo estudo), o número de matriculados no sistema estadual poderia ser elevado para quase 190.000 alunos. E, em dez anos, esse número poderia chegar a 213.000 matrículas (no final de 2001 o número era de 79.499, pelos dados do INEP).

A proposta alterava significativamente a participação pública, com um custo/aluno bastante menor, podendo ser feita de forma modular. Previa-se a criação inicial de 10.000 vagas em cursos seqüenciais e básicos (aproximadamente 12% do total de matriculados no sistema superior público paulista e quase 60% de

¹ Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

aumento em relação às vagas oferecidas), por acréscimos orçamentários sucessivos, de cerca de R\$ 30.000.000,00. Isso faria com que o custo do aluno no novo sistema fosse de R\$ 3.000,00 por ano, ou seja, bastante inferior àquele dos cursos tradicionais de graduação.

Retomando os dados que apontavam como meta presente no Plano Nacional de Graduação, um crescimento de abrangência dos atuais 13% para cerca de 30% da população na faixa etária tida como parâmetro (18 a 24 anos), o Estado cumpriria plenamente sua meta, elevando suas matrículas para 2,5 vezes o número da época (de 80.000 para 213.300), ou seja, praticamente a mesma proporção de aumento desejada para atendimento dos jovens brasileiros nesse nível de ensino.

A proposta das 3 Pró-Reitorias, para a expansão do Sistema Estadual Público, formulada em 2002, sem embargo de manter e ampliar os cursos de graduação tradicionais oferecia a sugestão de criar uma estrutura de ensino estadual, voltada aos cursos alternativos – não diretamente comprometidos com a pós-graduação e a pesquisa - constituída inicialmente de institutos isolados (Escolas Superiores Estaduais), ligados entre si pela coordenação e supervisão das três universidades paulistas, e que, oportunamente, poderiam integrar um Centro Universitário.

3. O combate à evasão (de 40%, à época em que assumimos a Pró-Reitoria) exigia ações a serem desenvolvidas em várias frentes:

- a. Valorização do ensino de graduação;
- b. Avaliação das disciplinas e docentes de graduação;
- c. Modernização dos currículos;
- d. Suporte informatizado às disciplinas;
- e. Tutoriais aos alunos;
- f. Incentivo à pesquisa precoce.

Com relação à valorização do ensino de graduação, a Pró-Reitoria organizou 3 seminários, sendo dois em 1998 e um em 2000, bem como um seminário sobre o “Projeto de formação de professores na USP”, com a implementação pelo CoG de diversas medidas sugeridas por docentes de diversas unidades.

A avaliação das disciplinas e dos docentes de graduação sofreu profunda alteração, com a aprovação de novos questionários de avaliação, a serem respondidos pelos alunos (implementados pela internet: 230.000 questionários por

semestre) e com a criação de um portfólio de auto-avaliação pelos docentes, com orientação à CERT para consideração das atividades de graduação. Foi dado suporte estatístico e computacional, pelo NAEG - reativado em nossa gestão - à Câmara de Avaliação dos cursos de graduação da USP. Mais tarde, foram criados indicadores para mensuração da Avaliação da Graduação, bem como um documento para Avaliação Continuada de Disciplinas. Foi elaborada Recomendação à CERT para a adoção de novos critérios de avaliação de atividades didáticas. A Portaria GR-3150/99 reviu a carga horária dos docentes de graduação, com a previsão de atividades obrigatórias fora da sala de aula (6 horas aula e 2 de atividades fora da sala de aula). Elaborou-se documento para a auto-avaliação institucional, com a criação de indicadores.

O Programa Sistema Integrado de Apoio ao Ensino contemplou 161 projetos em 21 unidades; o Programa de Recuperação de Salas de Aula foi ampliado para laboratórios, auditórios e anfiteatros, com 56 projetos de reforma e 17 projetos de criação, nos quais se incluíram 2 edifícios e 1 laboratório: foram atendidas 20 unidades; O Programa de Reequipamento de Laboratórios e Salas de Aula atendeu a 29 unidades, o Curso de Ciências Moleculares, 1 Museu e 2 Centros de Informática.

A modernização dos currículos representou em empenho constante do CoG junto a diversas unidades. Foi criado um Grupo de Trabalho sobre flexibilização de currículos. E, com a reativação do NAEG², foi mantida e atualizada a INFOUSP-Banco de Currículos, possibilitando o acesso a todos eles. Foi criada disciplina optativa – Atividades de Cultura e Extensão – para todos os cursos de graduação (Pró-G e PRCEU). Fixaram-se os critérios para o aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior (Pró-G e CCINT). Decisões do CoG, sumuladas, cuidaram do aproveitamento de disciplinas de pós-graduação integrando estrutura curricular da graduação e de disciplinas de graduação e pós-graduação ministradas contemporaneamente a turmas mistas (Súmulas n^{os} 6 e 7), bem como do aproveitamento de estudos em línguas instrumentais (Súmula n^o 5). Pela Resolução 4850/01 foram disciplinados os estágios obrigatórios e não obrigatórios na USP e dos estudantes da USP em instituições externas.

² Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação

O suporte informatizado às disciplinas foi outra realidade. O *WEB-CT*, ferramenta de apoio ao ensino presencial, implantado em 1999, foi aplicado a 40 disciplinas, beneficiando 2.048 alunos. Houve um aumento considerável das Salas Pró-Aluno: o atendimento foi estendido inicialmente a 9.000 alunos, com 750 microcomputadores e 43 redes; a partir de 1999, a totalidade dos alunos de graduação teve acesso a uma sala Pró-Aluno. Também em 1999, todos os alunos de graduação receberam senhas para utilização do correio eletrônico. Em 2000, foi criado o portal “Janelas da USP”, dirigido aos alunos de graduação.

Os tutoriais aos alunos foram objeto de dois seminários, um genérico e dois específicos, destinados ao PET-Programa Especial de Treinamento. O CoG endereçou moção à SESu/MEC³ sobre a manutenção do programa PET, que corria risco de extinção, recomendando que fosse institucionalizado na USP, como parte integrante da política de graduação. No final da gestão havia 17 grupos e 17 tutores.

A iniciação à pesquisa foi implementada, em ações conjuntas com a Pró-Reitoria de Pesquisa .

De todas essas ações, resultou uma diminuição considerável dos índices de evasão, de 40% para 31,5%.

4. Naturalmente, ao longo da gestão outros desafios tiveram que ser enfrentados e vencidos: o “provão”, do qual a USP comunicou ao MEC que se retiraria, por não considerá-lo obrigatório para as universidades estaduais, se não fossem revistos os critérios de avaliação – o que o MEC fez; o acesso à USP – com a revisão dos programas da FUVEST, o aproveitamento do ENEM, e a tentativa – frustrada – de unificar o vestibular das três universidades estaduais paulistas; a recepção aos calouros, com a estruturação de uma semana de recepção e premiação às unidades que melhor a organizaram e realizaram, bem como com a criação de publicidade da recepção por alunos da graduação, em que, juntamente com a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, o melhor trabalho foi premiado; as necessárias mudanças do Regimento Geral da USP, notadamente em relação ao cancelamento de matrícula e transferência, incluindo a revisão de Estatuto e Regimento quanto às eleições para os órgãos de representação estudantil; a atenção ao “Aluno-convênio”; a revalidação de diplomas obtidos em estabelecimentos estrangeiros de ensino superior – com regras objetivas sobre o

³ Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação

aproveitamento de estudos, o que agilizou os procedimentos; a láurea de excelência para os melhores alunos de graduação em cada curso; a capacitação de 1.900 professores efetivos do sistema estadual público (1ª à 4ª séries); a renovação do credenciamento de 55 cursos de graduação da USP (25 unidades) junto ao Conselho Estadual de Educação - CEE, com apresentação de relatórios e projetos pedagógicos etc.

Para se ter uma medida das atividades da Pró-Reitoria no período, basta dizer que foram realizados 12 seminários sobre políticas públicas de graduação, com debates com a comunidade acadêmica, que alimentaram as decisões do CoG; que foram criados 18 grupos de trabalho para encaminhamento das propostas discutidas e votadas pelo colegiado; que 10 Resoluções fixaram novas políticas de graduação; que foram produzidas 4 Moções sobre políticas de graduação mais uma Recomendação à Fuvest sobre o acesso pelo vestibular; que as decisões do CoG foram sumuladas, para orientar casos futuros (9 Súmulas); que todos os programas anteriores à gestão foram mantidos e ampliados.

Enfim, houve envolvimento e participação de toda a comunidade acadêmica na gestão, possibilitando ao CoG tomar importantes decisões sobre as políticas do ensino/aprendizado de graduação pela via democrática da participação.

Também devo salientar que minha posição de especialista em direito me possibilitou a atuação constante junto à CLR e ao CO, por meio de inúmeros pareceres, nos mais variados assuntos, acolhidos favoravelmente pelos colegiados; que a Pró-Reitora de Graduação participou de decisões importantes tomadas em relação ao CRUSP e às reivindicações estudantis; e que a Pró-Reitoria se tornou um verdadeiro ponto de encontro com professores e alunos, em apoio a suas iniciativas.

Meus agradecimentos especiais vão aos membros do CoG da época, que trabalharam arduamente, seja nas Câmaras, seja nas comissões, seja em plenário, em prol do ensino/aprendizagem nos cursos de graduação; aos meus assessores especiais, criativos, estimulantes e verdadeiramente geniais – os Professores Adelaide Faljoni-Alário, Cláudio Possani, Moacyr Novelli e Sílvia Berlanga; e às dedicadas funcionárias Angelina Gerhard e Débora de Oliveira Martinez, cuja colaboração segura e apoio irrestrito, inclusive nos momentos mais difíceis, tornaram possível o atingimento de tantos objetivos. E agradeço, sobretudo, ao Reitor Jacques Marcovitch, que sempre apoiou e estimulou as ações da Pró-Reitoria

de Graduação, muitas vezes sugerindo programas interessantes e criativos, pelos quais muitas inovações foram introduzidas na gestão.

5. Se esses eram os desafios da época, em face da formação que se desejava para o graduando, quando a própria graduação ainda estava em formação, penso que os desafios do século XXI tomam outra dimensão, que parte de uma indagação até certo ponto filosófica: *de que maneira e para quê a USP quer formar os graduandos?*

Isso implica a necessidade de entender que essa formação há de ser multifacetária, voltando-se em primeiro lugar para a sociedade, passando pela inserção do formado na profissão, com a questão correlata dos salários oferecidos pelo mercado de trabalho; sem descuidar a preparação para a pós-graduação, acadêmica ou profissionalizante, e a antecipação da pesquisa. E, nos cursos tradicionais de graduação, dando-se ênfase aos estudos interdisciplinares, com aquela pitada de humanismo que não se pode desprezar na formação de um verdadeiro engenheiro social que, em qualquer campo e em qualquer atividade, deve incidir sobre a realidade social e poder modificá-la. A USP deve poder atender a todos esses anseios, o que indica, em última análise, a necessidade de *diversificação* dos cursos de graduação, para que melhor atendam às diversas instâncias supra-indicadas.

O modelo de cursos de graduação atualmente existente na USP deve ser mantido e expandido. Entretanto, uma diversificação que atenda às exigências profissionalizantes mais imediatas só se fará através da criação de cursos alternativos, não diretamente envolvidos com a pesquisa acadêmica e a pós-graduação *stricto sensu*, nos moldes do preconizado na proposta de política pública “Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior” (supra, nº 1, “in fine”).